

COMO FALHAR POR MAIS DE 2000 ANOS: AS PERMANÊNCIAS E RECORRÊNCIAS DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS HELÊNICOS¹. ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE SEUS USOS E OLVIDOS PELA CIÊNCIA

Marcello de Albuquerque Maranhão
Departamento de História/UFPA

Resumo: Apresentamos alguns tópicos sobre Ciência entre os Gregos Antigos, uma classificação primitiva do conhecimento segundo seu uso/rejeição posterior; além de um exame sobre o conceito de Longa Duração introduzido pelos *Annales*. Vários exemplos são citados com ênfase no método histórico de Tucídides cuja obra é considerada segundo algumas linhas mestras: sua possível vertente retórica, moral e factual é discutida. A história política é apresentada à luz dos questionamentos postos pelos *Annales*. Alguns problemas sobre o aproveitamento do conhecimento antigo são suscitados a partir da experiência do autor como docente de uma Instituição de Ensino Superior (IES). O texto finda com alguns delineamentos de limites entre crítica ao conhecimento antigo e crítica ao criticismo a-científico.

Palavras-chave: Tucídides, história antiga, história da ciência, epistemologia grega, crítica científica.

HOW TO FAIL FOR MORE THAN 2000 YEARS: THE ENDURING AND RECURRING NATURE OF HELLENIC¹ SCIENTIFIC WORKS. SOME COMMENTS ON THEIR SCIENTIFIC USES AND DISUSE

Abstract: Certain topics dealing with science among the ancient Greeks are presented, including a primitive classification of knowledge according to its subsequent use/rejection; in addition the concept of "Lasting Duration" as presented in the *Annals* is examined. Various examples are cited, with emphasis on Thucydides, whose classic, with its engaging moral and factual rhetoric, is considered to be among the great works. A political history is given, taking into account questions raised in the *Annals*. Based on the experience of this author as a professor of higher educations, certain problems concerning the utilization of ancient knowledge, and those that criticize in a non-scientific fashion.

Key words: Thucydides, ancient history, history of science, greek epistemology, scientific criticism.

As gerações do passado sabiam muito menos acerca do passado do que nós, mas talvez sentissem em relação a ele uma noção de identidade e continuidade muito maior.

(Hans Meyerhoff)

A história como quase todo o nosso pensamento, foi criada pelos gregos.

(Georges Lefebvre)

Burke (1990, p. 130), em seu eficiente resumo sobre a "Escola dos Annales", cita Chaunu como sendo o possível introdutor do conceito de **estrutura**, conforme segue: "tudo que numa sociedade, ou numa economia, tem uma duração suficientemente longa em sua modificação para escapar ao observador comum". As implicações de tal conceito são a base para a idéia de **permanência**, conforme

pretendemos utilizá-la neste texto. Se há ou não validade na idéia de que as diversas categorias de mudanças transcorrem na ordem a seguir (das mais rápidas para as mais lentas) políticas=>econômicas=>sociais=>mentais, popularizada por alguns autores dos *Annales*, é um fato que discutiremos mais adiante. Mas a partir da sobrevivência ou não de conceitos, práticas e idéias – e isso aplicado **também** ao universo exterior ao saber acadêmico – expressa pelo exposto acima é que pretendemos apresentar o problema das **permanências**, utilizando-nos de exemplos oriundos da “ciência” helênica, de seus avanços e experimentos em diversos campos². No texto que segue, cremos que as razões da escolha de tais exemplos ficarão evidentes.

É preciso frisar porém que ao nos reportarmos à “ciência” helênica estamos nos referindo às diversas produções literárias, históricas, matemáticas e aplicativas realizadas e aos “avanços” (conceito nem sempre confortável) obtidos pelos helenos nos períodos convencionalmente chamados Clássico, Helenístico e Romano da História da Hélade (utilizamo-nos de exemplos dos séc. V a. C a I d.C).

Quanto às **permanências**, dividimo-las em três grupos:

- Continuadas: noções estabelecidas à época dos helenos que continuam sendo em grande parte aceitas nos dias de hoje: o conceito do homem como possuidor de intelecto, isolando-o da coletividade animal, manifesto em ALCMÉON de Crotona, filósofo da natureza, c. de 500 a.C³. Há mesmo um exemplo mais antigo presente no famoso teorema de PITÁGORAS $a^2 = b^2 + c^2$ que, para ser preciso, não era dele⁴.

- Intermitentes: noções e descobertas que pela sua utilização moderna têm uma **permanência** em nossos dias mas que por algum motivo – político, religioso, ou de outra ordem, mesmo científico – a foram abandonadas durante algum tempo. Os exemplos constituem o cerne deste texto, mas por ora contentar-nos-emos com o Heliocentrismo de ARISTARCO de SAMOS. Pela sua importância para nós, denominamos esta categoria à parte, como **recorrência**.

- Interruptas: noções rejeitadas e readotadas em diversos períodos através da história, as quais a Ciência finalmente acabou por descartar, alijando-as assim de um uso reconhecido. Não caberiam aqui todos os exemplos, noções e experimentalismos, e esse é o caso mais comum em se tratando de teoria: é o erro científico. É a categoria mais freqüente no processo de elaboração da Ciência, porém é bom lembrar: constitui a base de qualquer avanço. Para ilustrar: a classificação platônico-aristotélica de sistemas políticos. É difícil neste campo classificar algo como um **erro**, mas podemos dizer que as tentativas de realizar a sociedade tripartite platônica, ficaram, grosso modo, relegadas ao medievo europeu.

ELEMENTOS PARA DISCUTIR CONTINUIDADE EPISTEMOLÓGICA: OS ANNALES E O PROBLEMA DAS ESTRUTURAS⁵

Neste pequeno ensaio limitar-nos-emos aos problemas referentes à História, em especial à obra de Tucídides, no que diz respeito a como a idéia de **permanência** foi desenvolvida pelo conceito de Longa Duração.

O próprio passado, dimensão de trabalho do historiador, constitui o melhor exemplo de Longa Duração. Conforme Le Goff (1996, p. 25) a “(...) dependência da história do passado em relação ao presente (...) é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e se tornar presente”...

Quando nos referimos à Longa Duração discutimos um conceito já clássico que os historiadores dos *Annales* desenvolveram, se não mesmo criaram (levantamos algumas suspeitas quanto a essa criação, mais adiante, ao consideramos o método tucidideano). Assim, Burke (1990, p. 46) nos dá o exemplo através de uma análise sobre a obra que popularizou o conceito: o *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Filipe II*, de Fernand Braudel:

O Mediterrâneo é um livro de grandes dimensões (...). Sua edição original continha aproximadamente 600.000 palavras, o que perfaz seis vezes o tamanho de um livro comum. Dividido em três partes, cada uma das quais – como o prefácio esclarece – exemplifica uma abordagem diferente do passado. Primeiramente, há a história ‘quase sem tempo’ da relação entre o ‘homem’ e o ambiente; surge então, gradativamente, a história mutante da estrutura econômica, social e política e, finalmente, a trepidante história dos acontecimentos.

Faz-se mister esclarecer que o termo técnico Longa Duração só apareceu após o famoso artigo de Braudel em 1958 (do qual destacamos alguns trechos neste trabalho), conforme Burke (1990, p. 131), “(..) concepção semelhante percorre o seu *Mediterrâneo*, nesse livro, porém, ele escreveu **uma história quase imóvel** (em lugar de muito longa duração) e uma his-

tória **lentamente ritmada** (para mudanças ocorridas em apenas um século ou dois)”.

Como resumir num espaço tão pequeno a importância desse artigo de Braudel? O termo **estrutura** vem já explícito em seu início (1978, p. 49): “uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente”. Ao longo do artigo, Braudel define o conceito confrontando a história com seus críticos, em especial os da sociologia. Tentaremos resumir o problema através de uma reflexão sobre a coerção geográfica enquanto exemplo de estrutura.

Mesmo hoje, na era do transporte supersônico, espacial e das *highways* da informação, a Geografia considerada em suas dimensões mais primitivas – a distância e o clima – ainda conta: nem toda base militar é viável para uma potência mundial, por exemplo, em virtude dos seus custos, decorram estes da distância em relação ao centro de controle ou das condições adversas do local de instalação. Isto limita o raio de ação de forças-tarefa e *raids* aéreos. Pode-se perguntar: e os satélites? Ainda uma vez os recursos disponíveis são a resposta: não há satélites suficientes para executar as demandas sempre crescentes. E no jogo político é possível que os *marines* obtenham um incremento maior da sua fatia no orçamento militar do que a United States Air Force (USAF) devido à atuação e relações de um comandante hábil – sempre um político, é bom não esquecer.

Para nós em particular, a crítica ao modelo e às opções de Tucídides, (que examinaremos com detalhes mais adiante) configuram uma grande crítica, tradicional e *leit-motiv* dos *Annales* à história política. Contrapomos a esse repúdio pelo

fato militar e político, as seguintes considerações: no século XIX, a ciência se preocupava em demasia em captar a “essência” da realidade. Tal atitude foi, em nossa opinião, herdada da secular luta racional-cartesiana contra o saber especulativo-transcendente da Igreja. Hoje, ao finalizar o século XX, acrescentamos a essa (nem sempre) saudável preocupação de captar o real, uma outra: faz-se necessário entender a realidade tal como é percebida pelos diversos grupos sociais, especialmente os não-acadêmicos, esmagadora maioria da população em qualquer lugar do mundo. Lembremos também que mesmo no interior de uma IES uma determinada área de especialização é muito pouco compreendida pelas demais. A questão que se apresenta quando, por exemplo, Atenas cai perante a Hélade coligada com Esparta ou quando Espártaco põe a Itália em xeque durante três anos, ou ainda quando Vargas põe fim à própria vida é: quais impactos desses atos ficaram na mente dos contemporâneos, e como os mesmos reagirão a eles? Que atitudes deviantes do comportamento “racional” serão adotadas em decorrência desses atos? Qual o simbolismo de uma Gettysburg? Por que Oliver North disse que não entende o Vietnã onde segundo ele “ganhamos todas as batalhas, mas perdemos a guerra”? O próprio Le Goff (1996, p. 28) nos auxilia aqui: “a narração histórica morre porque o **signo da história é, daqui em diante, menos o real do que o inteligível**”. Só temos a contrapor que a narrativa continua viva, justamente porque precisamos nos fazer inteligíveis, uma vez que constatamos ser o “real” a fusão de múltiplas abstrações.

Atribuir um peso último à economia na explicação dos processos históricos é brindar a humanidade com uma ra-

cionalização que ela não tem. A lembrança de uma batalha, constrói vidas, carreiras, inspira atitudes, desencoraja resoluções. Quem pode afirmar que o ente humano (e menos ainda coletivamente) sempre toma as decisões que serão as melhores para si, para se perpetuar enquanto grupo, para aumentar sua produção?

Acrescentamos que esse impacto do fato político é tão grande que em boa parte das obras sobre história se fez presente (inclusive tem sido retomado com *A Batalha de Bouvines* de Duby ou o *São Luís* do próprio Le Goff para ficarmos só em exemplos dos próprios *Annales* que durante muito tempo o combateram, conforme Burke (1990, p. 103) constata). Tal permanência do fato político não se deve a uma pretensa “evolução” do fazer histórico, mas antes à circunstância de que esse tipo de abordagem está mais presente no cotidiano das pessoas. Para ilustrar, usamos aqui Huberman contra ele mesmo. Em seu academicamente popular livro leninista *História da Riqueza do Homem*, constata (1986, p. 173) que ninguém estuda ou se apercebe da introdução dos nabos na Holanda, mas lembram logo da morte de Carlos II,⁶ quando se cita o ano de 1649. Ele está certo. Huberman faz uma crítica procedente, mas a mesma nos mostra, ainda que não seja sua intenção, os limites de se fazer obras de história que só tratem de nabos! A bom entender: obras que discutam somente sobre processos econômicos irrelevantes para a maioria, mesmo que entendidos, muitas vezes são relegados ao esquecimento ou subinterpretados quando se trata de tomar uma atitude política. É importante constatar os decréscimos econômicos, a “dimensão subterrânea” apresentada, por exemplo, nos

estudos de cunho marxista. Mas precisamos traduzir isso também, e por maior que seja nosso esforço no sentido de destacar os nabos, o impacto da cabeça cortada do rei Carlos é o que fica dentre os nabos da Holanda.

É em Burke, nas suas considerações sobre os *Annales* que iremos buscar subsídios. Segundo ele (1990, p. 98-99), que Foucault influenciou de modo decisivo os *Annales*:

Importante também no desenvolvimento intelectual de muitos historiadores da 3ª geração [dos *Annales*] foi sua crítica dos historiadores, em razão de sua ‘pobre idéia do real’; em outras palavras, a redução do real ao domínio do social, deixando de fora o pensamento.

E também sobre o mesmo assunto (p. 103):

Resumindo. Febvre e Braudel podem não ter ignorado a história política, mas não a tomaram muito a sério. O retorno à política na 3ª geração é uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismo (especialmente o “economismo” marxista). Está associado à redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam ‘cultura política’, de idéias e de mentalidades. Graças a Foucault, esse retorno se estendeu em direção à ‘micropolítica’, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas, etc. Em consequência dessas mudanças, a história política está em via de uma renovação.

E Burke continua no tocante a Braudel e à relação deste com a história política (p. 104):

Quanto a Braudel, tanto denunciou quanto dela se utilizou. Mais preci-

samente (...) afirmava que a história dos acontecimentos é a superfície da história. Não disse que essa superfície fosse desinteressante; ao contrário, descreveu-a como ‘a mais excitante de todas’.

Burke finalmente chega a um ponto crucial com que os *Annales* se depararam: “A questão óbvia (...) é saber se alguns eventos, afinal, não conseguem modificar as estruturas, ao invés de simplesmente refleti-las. O que dizer dos acontecimentos de 1789 ou de 1917?”

Assim, quando pensamos em “continuidades” ou interrupções, decerto que consideramos questões antes de tudo pertencentes ao campo da epistemologia, mais especificamente da transmissão do conhecimento, mas é óbvio que ou não, em história, transcende o campo epistemológico, no qual a continuidade é componente essencial. Le Goff (1996, p. 69) nos dá um exemplo no campo da psicologia coletiva considerando as consequências da conquista espanhola para os Incas:

A morte dos deuses e do Inca, a destruição dos ídolos constituem para os índios um ‘traumatismo coletivo’ – noção muito importante em história, pelo que me lembro aqui ela deve alinhar-se entre as formas principais de descontinuidade histórica: os grandes acontecimentos – revoluções, conquistas, derrotas – são sentidos como ‘traumatismos coletivos’. Os vencidos reagem a essa desestruturação, inventando uma ‘práxis reestruturante’.

Eis aí uma forma de permanência cuja aparente abstração, quando comparada à permanência do conhecimento científico, se desfaz ao pensarmos em como o coletivo social tenta reerguer-se e resgatar um tempo que na sua vivência anterior (e interior) lhe fora retirado. Como o poeta

disse em *Índios* (Russo, 1986) “o futuro não é mais como era antigamente”.

Há ainda que se acrescer o trabalho de Labrousse, em outra dimensão, comparado ao de Braudel, mas que Burke considera antes como complementares do que como conflitantes. Labrousse deu mais ênfase às categorias econômicas, ainda que adotando a mesma proposta dos *Annales*, focou-as sob um viés marxista. Foi com ele que o marxismo começou a penetrar no grupo dos *Annales*, haja vista que nem Febvre nem Bloch, os fundadores, tinham qualquer simpatia pelo viés marxista não obstante a aproximação de Febvre com Jaurés, político socialista e ser ele próprio, Febvre, um socialista. Seguindo orientação de Simiand, “Labrousse empreendeu rigoroso estudo da economia francesa do século XVIII” (Burke, 1990, p. 68) e acresceu aos seus estudos, métodos, conceitos e teorias de economistas como Junglar e Kondratieff. Como resultado de seu trabalho, estabelecia-se o conceito antípoda de estrutura (do qual a Longa Duração que temos discutido é uma subsidiária importante), a **conjuntura**.

Como dissemos anteriormente, Braudel e Labrousse foram complementares apesar de suas perspectivas diferenciadas, e inclusive colaboradores. Segundo Braudel (1978, p. 25-54), o livro de Labrousse, *La Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Revolution* (1944), é “o maior livro de história publicado na França nestes últimos vinte e cinco anos”. E ainda Burke (1990, p. 70) nos diz sobre Labrousse & Braudel, que “Labrousse (...) merece ser lembrado como ‘a eminência parda’ dos *Annales*, representando Padre Joseph, o invisível mas indispensável **colaborador**

do cardeal Richelieu Braudel” (grifo nosso).

Acrescentaríamos um importante comentário de Braudel (1978, p. 48-9), para evitar essa imagem de aparente harmonia, quando o mesmo denota que a análise de Labrousse sobre os ciclos econômicos na França do século XVIII se esforça por “ligar, desta vez, um patetismo econômico de curta duração (novo estilo) a um patetismo político (estilo muito antigo), o dos dias revolucionários”. Surge assim novamente o tempo curto, mais conveniente a certas abordagens mesmo no interior de uma história de fundo econômico como a de Labrousse. E, extrapolando os limites da necessidade, deixa os historiadores “novamente no tempo curto, e até ao pescoço”.

Isto posto visando elucidar o conceito de **permanência**, retornemos ao tema inicial, o da permanência entre os gregos. Devemos aqui frisar que é fácil reputar aos gregos uma permanência recorde de idéias e métodos... ninguém mais do que eles pode ter obras analíticas, quer em História (Tucídides), quer físico-astronômicas (Aristarco de Samos), quer metodológicas (Andrônico de Rodes) **tão duradouras**, pois foram os primeiros em seu ramo⁷. Historicamente (e aqui falamos de registros...) ninguém o fez antes deles. Agora, claro que como todo autor, estavam sujeitos a serem superados e terem suas análises invalidadas a partir do momento mesmo da divulgação de suas idéias. Eis aí a permanência, eis aí a força dos recordes que eles estabeleceram. Eles têm apenas a vantagem da primazia, não sendo, é óbvio, à prova de críticas, porém suas obras mostraram ser bastante refratárias a elas.

A discussão da permanência e do próprio caráter histórico (ou não) das

obras helênicas é tão extensa e antiga quanto às próprias obras. De Dionísio de Halicarnasso a Le Goff, é possível encontrar refutações aos métodos dos historiadores antigos e mais ainda às possíveis permanências de seus estudos.

No terreno das ciências da natureza, porém, a refutação é bem menos evidente. Segundo Braudel (1978, p. 51) “O universo aristotélico se mantém quase sem contestação até Galileu (...) oblitera-se então diante de um universo profundamente geometrizado que, por sua vez, afundará (...) diante das revoluções einsteinianas”.

Quando consideramos os exemplos de **recorrências**, devemos fazer sempre uma modesta seleção, tal a profusão dos mesmos:

- Na medicina temos HERÓFILO (início do século III a. C) – cérebro, centro do sistema nervoso e sede da alma – contrariando ARISTÓTELES, mas é comum encontrarmos a crença muito divulgada de que o estômago ditava as emoções e não apenas apresentava os reflexos delas, em Camões (1988, p. 43, nota explicativa p. 400), por exemplo. Para não mencionar as origens da licença poética ainda em uso de localizá-las no coração.

- Na filosofia, ANDRÔNICO de RODES (metade do século I a. C), um estudioso do Liceu que catalogou as obras do mestre ARISTÓTELES e as editou num formato ainda hoje usado.

- Que dizer da descrição de PLUTARCO sobre Esparta feita no séc. I d.C? Duramente, e muito bem criticada por Finley (1994, p. 175-193) que nos lembra a mesma ignorar a diacronia inerente a qualquer conjunto de ritos sociais, é preciso dizer que ela constitui, ainda

hoje, a base do estudo inicial sobre a sociedade espartana em muitos lugares do mundo, inclusive em nossa preparação local (Belém – PA) para o ingresso à Universidade⁸.

- HÉRON de Alexandria inventou o princípio da máquina a vapor em cerca de 100 a.C. A pilhéria do faraó greco-macedônico da dinastia dos Ptolomeus é famosa: Héron – “com isto poderemos substituir a força humana onde necessária”. Ptolomeu – “maravilhoso, mas o que eu faço com os escravos?”. E nos indica bem o caráter daquela descoberta que se perderia também por mais de um milênio até seu princípio ressurgir na Revolução Industrial inglesa do século XVIII.

- Faremos de TUCÍDIDES (século V a. C) o centro da análise mais adiante, pois o conjunto de sua obra é prenhe de recursos oratórios, retóricos e estilísticos, compondo um quadro tão convincente que ainda hoje, mesmo ele tendo sido revisto em seus métodos e superado pela imensa **revolução histórica** do século XIX⁹ em muitos pontos de suas análises, é ainda o responsável por muitas das imagens que ainda hoje temos sobre Atenas, sobre Péricles, sobre a Guerra do Peloponeso, quando não graças ao poderoso *Diálogo Mélio* nossa visão sobre as atitudes políticas e a moral grega estão ali fortemente definidas. Figuras políticas como a de CLEON, importante demagogo, e o próprio conceito de demagogo, estão demonizados, fato que em grande parte pode ser atribuído à **Guerra entre os Peloponésios e os Atenienses**.

Para não falar em questões de método e postura perante a História (Finley 1960, p. 42):

Todos nós somos tucidideanos. Por uma espécie de decisão tácita coletiva, os historiadores permitiram-se não relatar discussões políticas que eles próprios tacham de 'romance' (o *to mithode* de Tucídides) ou de irracionais ou irrelevantes para as realidades da política. **Gostamos de pensar que somos realistas empedernidos e projetamos essa imagem não apenas sobre os influenciadores, mas também sobre aqueles que são influenciados.** (grifos nossos).

Achamos necessário reforçar esse tema (também constante na nota 9), tão caro aos historiadores em eterna busca por métodos não anacrônicos, com um olho no passado, mas preocupados com um possível futuro metodológico atropelando seu presente. Deve-se notar que os maiores trabalhos historiográficos foram feitos antes sobre Roma do que sobre a Hélade. Conforme a opinião de Levi (1984, p. 25) sobre o assunto:

A religião e a mitologia gregas perderam a sua definição num tumulto de estudos comparativos. A história [da Grécia] é discutida em revistas eruditas, mas, desde o início do século passado, não se fez ainda uma exposição convincente de toda a história dos gregos antigos e nunca se escreveu nada sobre eles que se comparasse à *História de Roma* (1854-56) de Mommsen, ou ao *Declínio e Queda do Império Romano* (1776-88), de Gibbon.

Segundo Finley (1960, p. 64), não é possível descartar igualmente a importância de Tucídides, mesmo para aqueles que tentam desembaraçar-se de seu relato histórico. Finley observa que a Guerra do Peloponeso perdura na história não em virtude de algum fato ou personalidade marcante mas devido ao homem que a

descreveu: Tucídides "Nenhum outro historiador pode igualar o seu cometimento; nenhuma outra guerra ou mesmo nenhum outro tema histórico constitui tanto o produto de seu relator" (p. 55). E ainda, quando Finley considera que os relatos sobre o passado entre os gregos antes de Heródoto eram feitos para atender à sua profunda ligação com esse passado. Mas era uma ligação baseada em mitos e necessidades religiosas, à sensação de continuidade e de "nacionalismo", sentimento de pertencer a algo comum. Para tudo isso, nos diz Finley (p. 58) "(...) parecia não haver necessidade da História como o mundo moderno a entende ou como Tucídides a entendia". É por isso que costumamos dizer, com algum exagero e ironia, que Tucídides é um historiador do século XIX perdido em meio à Hélade.

No estudo de Loreaux *A Invenção de Atenas* (1994) a permanência de Tucídides é levada às suas últimas consequências, ainda que tendo por base os elementos "retóricos" num reconhecimento da capacidade estilística de Tucídides. Reconhecimento que, veremos adiante, servirá para Loreaux criticar a substância da obra tucidideana, classificando-a como a-histórica.

Loreaux porém guinda a obra de Tucídides e em especial o *Discurso Pericleano* a uma posição-chave: a de criadora da imagem – imagem sim, ainda que numa dimensão auditiva, a do discurso, que para Loreaux deve constituir a base de qualquer análise sobre imaginário ateniense (p. 10) – de Atenas. Segundo ela, o "discurso pericleano" é responsável não só pela imagem que temos de Péricles, construída por Tucídides, mas da própria Atenas como um todo, tanto no tempo antigo quanto no moderno.

Mais importante para o nosso problema de permanências é o quanto Loreaux redimensiona o discurso tucidideano (ou seja, o “discurso fúnebre pericleano”) para colocá-lo como um elemento de reforço empregado pelos nacionalismos às vésperas da I Guerra Mundial nas três potências ocidentais – França, Inglaterra, Alemanha – (p. 25) ou pelas teorias democráticas e/ou históricas elaboradas nessas potências no século XIX (p. 25-28). Segundo Loreaux (p. 25-26):

para melhor situar em seu tempo o discurso de Péricles, os historiadores renunciam facilmente ao ideal de um saber desinteressado e, de forma mais ou menos consciente, descobrem no texto o eco de suas próprias questões. O que se poderá asseverar a partir do breve exame de 3 leituras onde se esboçam três Atenas – a francesa, a alemã e a inglesa.

Idem para os ecos e elementos do discurso fúnebre ateniense como gênero que, segundo Loreaux, apresentam-se mesmo na fala de Lincoln após a célebre batalha de Gettysburg e no discurso inaugural de Kennedy (p. 19, nota 37). E pitorescamente, como influiu o discurso pericleano na história da própria Grécia moderna, quando o ditador Metaxas, na década de 70 deste século, proibiu o estudo do discurso pericleano (“a oração fúnebre”) por suas implicações políticas de exaltação da liberdade (p. 24 e 354, nota 16).

REVENDO CRÍTICAS AO MÉTODO HISTÓRICO DE TUCÍDIDES

No que concerne à tentativa de sistematizar o conhecimento que se tenha sobre o passado, podemos registrar ainda de acordo com o DB cerca de 40 personagens entre historiadores, polímatas, geó-

grafos, retóricos e literatos, cuja participação na elaboração e sistematização históricas tenha sido importante no mundo helênico.

Assim, agrupando as produções sobre história em acordo com essa lista, temos os três grandes momentos da historiografia helênica:

a) O séc. V a. C. – Do nascimento com HERÓDOTO até XENOFONTE, passando por TUCÍDIDES, cuja obra foi ápice deste período e modelo para as obras que mais contribuíram para o desenvolvimento da história e que foram levadas em conta pelos historiadores desde o século XIX como importantes o suficiente para serem discutidas, ou combatidas, como no caso de Croce e Colingwood e, até certo ponto, Le Goff;

b) As Guerras de Alexandre – Último terço do séc. IV a. C.;

c) A Conquista Romana – Século III a. C. – meados do século II a. C. FILARCO X POLÍBIO.

Aparentemente, as guerras eram o combustível da historiografia helênica. Pois, para os gregos, urgia saber com quem compor alianças e ter razoável margem de segurança no conhecimento da política dos estados vizinhos, aliados e inimigos, através de uma apreciação sobre os precedentes e interesses concernentes àqueles estados. Se possível, criar uma teoria geral – apesar de todo o utilitarismo imediatista – que abreviasse tais exames e os tornasse uma linha de conduta segura para os homens guindados à posição de governantes.

Com pragmatismo se fazia a história... até a tradição do maravilhoso anedótico e retórico começar a predominar.

Destacamos a seguir a crítica de Le Goff a Tucídides, uma das muitas investidas contra o caráter histórico de sua obra, pondo em xeque quaisquer permanências.

a) Tucídides como retórico – É interessante notar que Le Goff em sua obra *História e Memória* (1996) volta repetidas vezes ao tema da obra de Tucídides. O imenso trabalho de refutação que o autor antigo dá, até hoje, aos seus críticos, mesmo aos mais “modernos” constitui por si, uma mostra do seu valor. Não é fácil refutar Tucídides, especialmente seu método narrativo. Conferir Finley (1960, p. 65-66) que ainda acrescenta o fato de que para alguém considerado um retórico, ele era bem pouco contemporizador, pois “recusava fazer a mínima concessão ao seu auditório, quer no estilo, quer no tratamento do assunto” (p. 56). A força de Tucídides reside na poderosa construção com que dotou seu material: uma narrativa prenhe de elementos retóricos, apesar de não constituir uma obra com intenções de retórica. E a crítica de sua obra nesse ponto se faz em dois sentidos: para os retóricos antigos (Dionísio de Halicarnasso) ele não foi retórico o suficiente. Se isso era um defeito entre os retóricos, para a historiadora Bowder (1982, p. 281-2) é uma diferença marcante e para melhor, em relação a muitos outros historiadores da antigüidade que ela considera como retóricos. Le Goff, secundando Loreaux, nega Dionísio de Halicarnasso: “Tucídides não é um colega”. Não o seria por ser retórico em demasia. A *Guerra do Peloponeso* “não é documento, é discurso, pertence ao domínio da retórica”. No limite dessa idéia, perguntamos: Qual obra histórica, por mais recheada de tabelas que esteja, deixa de ser discurso? A pró-

pria seleção do material já decorre de preconceitos do autor em qualquer trabalho, ou antes, de sua *weltanschauung*. Finley (1994, p. 8-9) confirma essa idéia.

Le Goff (1996, p. 77) dá razão a Carr quando este afirma que “Tucídides pensava que nada de significativo se tinha passado antes do acontecimento que estava a descrever e que seria pouco provável que viesse a acontecer depois” e prossegue Le Goff (p.78) afirmando que o grande motor da História de Tucídides é a natureza humana. Este trecho é um dos mais discutidos da parte inicial da obra tucidideana, em que o autor apresenta seu método e define seu objeto de estudo inclusive traçando seus limites temporais, e explicando o porquê da escolha do seu objeto de estudo (a guerra entre atenienses e peloponésios) no qual ele considerou os 10 anos da guerra arquidâmica, a campanha da Sicília e a luta pela hegemonia no Egeu como um único evento (Bowder, 1982, p. 281). À crítica de Carr/Le Goff, temos a contrapor: um dos elementos componentes da *Arqueologia* (cap. I-XXII do livro I da obra de Tucídides) é justamente um relato narrativo, bastante acurado por sinal, de grandes eventos políticos ocorridos na Hélade e anteriores aos eventos escolhidos por Tucídides. Claro que Tucídides privilegia a época que presencia, talvez cedendo ao auto-propagandismo. Mas isso não era apanágio dele, Tucídides. A história entre os gregos tinha um caráter muito presente, pelas razões que já descrevemos anteriormente. E quanto ao futuro ele não o julga nem pensa em fazê-lo. Tucídides apenas faz o que tem possibilidades concretas de fazer: **estabelece um modelo a partir do que vivencia**, evitando qualquer escatologia, e nisso está melhor do

que muitos trabalhos bem mais recentes ou mesmo contemporâneos. E quanto a fundar esse modelo na natureza humana, por que não poderíamos dar a Tucídides o mérito de uma primeira incursão no terreno da Longa Duração, especificando mesmo uma tentativa de História das Mentalidades? Eis o trecho (Tucídides, 1986): “Quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará minha História útil”. Isto não nos parece exatamente uma idéia cíclica sobre a História mas antes alguém apresentando ferramentas úteis a serem empregadas em caso de necessidade. Decerto que tal concepção não pressupõe o fato histórico como evento único mas a palavra “semelhantes” suaviza uma possível percepção da história como puramente cíclica.

No tocante à história sob o formato narrativa política, acrescentemos que o próprio Le Goff (1996, p. 20) não anatematiza o fato histórico.

É fácil ver que os historiadores mais inclinados a reclamarem dos fatos não só ignoram que um fato histórico resulta duma montagem e que estabelecê-lo exige um trabalho técnico e teórico, mas também estão acima de tudo, cegos por uma filosofia da história inconsciente, muitas vezes sumária e incoerente.

Le Goff (1996, p.78) porém, dá a sua visão sobre o objetivo declarado por Tucídides:

A história seria assim imóvel, eterna, ou melhor, com possibilidade de ser o recomeço eterno do mesmo modelo de mudança. Este modelo de mudança é a guerra

e continua, afirmando que para Tucídides os acontecimentos são produto de uma racionalidade que o historiador deve tornar inteligível.

Assim, temos um julgamento final de Le Goff sobre Tucídides ao taxá-lo ainda uma vez, de “retórico”. E por quais motivos? Resumidamente, por Tucídides dar importância ao discurso. É verdade, há mais de 40 discursos na obra toda, mas reconhece-se modernamente que tal foi feito para intercalar com as descrições de batalhas e suas análises sobre as motivações da guerra, além é claro de alguma intenção retórica-sofística, pois em geral seus discursos são interpolações dúbias em que ambos os lados em querela (corcíreus/coríntios, coríntios/atenienses, propostas pró/contra execução dos mitilênios apresentados ante a assembléia ateniense, atenienses/mélios) parecem ter razão, isto é, apresentam argumentos resilientes à dissuasão. Tais exercícios de retórica não são, porém, vazios. Tucídides (1986) nos dá o exemplo no Diálogo Mélio (Livro V, caps. 84-116) do que ele considera ter sido a política radical dos democratas que arruinou o Império Ateniense. E o “discurso de Péricles” é uma clara mensagem do tipo de homem que Tucídides considerava essencial para liderar a cidade.

b) Tucídides como moralista – Decerto que sabemos ter a história de Tucídides um fundo moralista. Isso é bem explorado quer por Loreaux (1994) ao esmiuçar o “discurso pericleano” ao longo do seu excelente trabalho, mas especificamente no capítulo em que Loreaux acentua o caráter propagandístico da oração fúnebre “pericleana” (p. 37-87) quer por Finley só que este, num sentido diametralmente oposto: para ele o moralismo

de Tucídides é menos intencional do que intrínseco ao ofício de historiador. E, onde transparece a intenção moralizante de forma mais clara, é parte do projeto de Tucídides de tentar suplantar as dificuldades da elaboração de um relato histórico. Finley (1960, p. 63-67):

O problema de Tucídides (...) residia em passar do particular para o universal, dos eventos concretos para os padrões e generalidades subjacentes, de uma única revolução, (como a de Córçira) para a revolução em sua essência, de um demagogo como Cléon para a natureza dos demagogos.

Assim começa a “famosa contradição entre a narrativa, a que ele aplica todos os seus poderes e disciplina em busca do rigor total, e os discursos, em que realça os assuntos e conflitos centrais” (Finley, p. 63). Finley repete o bordão óbvio de que para os gregos o conhecimento acumulado por si só não valia nada, mas devia ser empregado num esforço de compreensão. E Tucídides **para não deixar que tal esforço lhe fosse subtraído procurava realçar partes do discurso para não distorcer a verdade**. Se parece contraditório, encontramos também em Finley (p. 65) uma tentativa de explicação:

O processo de seleção foi demasiado longe: o historiador assumiu a responsabilidade não só de escolher os pontos notáveis dos discursos mas também de fazer ‘os oradores dizerem aquilo que na minha opinião, era exigido deles nas diferentes ocasiões’ (I 22). É claro que ninguém pode ter certeza dos seus motivos ao proceder assim, mas dada a sua grande integridade e dedicação, **parece-nos que a única explicação satisfatória dessa singular manei-**

ra de trabalhar consistia no desejo de penetrar até as verdades finais e morais, o receio de que não emergisse dos pormenores, a menos que as realçasse e intensificasse desse modo (grifos nossos).

Tucídides (1986) pretende ensinar, exemplificar, não sendo a descrição da guerra civil em Córçira (Livro III, caps. 70 a 85) e o Diálogo Mélio os únicos exemplos disso, apesar de serem os mais evidentes. Acrescentamos que Finley reconhece nesta mesma qualidade algo que é, ao mesmo tempo, uma característica intrínseca ao ofício de historiador e uma das maiores qualidades do trabalho de Tucídides de cuja moral é difícil se esquivar.

A posição de Le Goff (1996, p. 35) quanto a esse ponto é, no mínimo, dúbia. Segundo ele uma

conseqüência abusiva que se extraiu do papel particular da história consiste em querer reduzi-la a um conto. (...) Toda a concepção de história que a identifica com o conto afigura-se-me hoje como inaceitável. Certamente que a sucessividade que constitui o estofo do material histórico obriga a dar ao conto um lugar que me parece fundamentalmente de ordem pedagógica. Corresponde simplesmente à necessidade que há em história, de expor o como antes de procurar o **porquê**, o que coloca o conto na base da lógica do trabalho histórico. O conto não é mais que uma fase preliminar, mesmo tendo exigido um longo trabalho prévio por parte do historiador. Mas este conhecimento de uma retórica indispensável em história não deve conduzir-nos à negação do caráter científico da história.

Hobbes (1989) no século XVII desmonta a idéia de ser Tucídides um retórico ao refutar as críticas de Dionísio

de Halicarnasso, eminente retórico da antigüidade. E as críticas de Dionísio foram sobretudo no campo moral: a escolha do tema de Tucídides seria inferior a de Heródoto por Tucídides retratar conflitos entre os próprios gregos. O início de sua narrativa deveria ser mudado para glorificar os próprios feitos atenienses ao invés de mostrar o papel ateniense ao apoiar os corcíreus. Tal nos leva a refletir, secundando Hobbes (p. 569-86) que Tucídides procurava ser mais objetivo do que propriamente moralista ou agradável (leia-se “retórico”). Decerto que ao compor um relato dos acontecimentos sua “verdade” enquanto homem transparece nos escritos, mas isso é, como frisamos antes, inevitável. E mais ainda num historiador.

c) A História Política. Considerações – Que fazer se o próprio Le Goff sabe que tais elementos compõem a **escritura da história**? Por exemplo quando constata (1996, p. 12) que “Por fim, o caráter ‘único’ dos eventos históricos, a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência”. Decerto que ele nos esclarece que a validade de tal assertiva, forte até o século XIX, diminuiu no XX, mas ainda assim as implicações de se constatar ser a história **também** um gênero literário conflituam com a atitude de recusar a Tucídides o título de “colega”. E mais ainda se pensarmos que reconhece os trabalhos árabes como sendo de historiadores, mesmo constatando o seu finalismo e lamentos pela unidade primordial perdida pelo Islã (p. 61).

E é estranho que, citando Barthes, Le Goff (1996, p. 38) apóie a idéia de que “a narração histórica morre porque o signo da história é, daqui em diante,

menos o real que o inteligível”. Isso quer dizer que antes, quando se privilegiava o político privilegiava-se o real? Não se está desse modo guindando o político à condição de ser o “real”? Pensamos que estes autores se referem antes à busca do que ao objeto entre os historiadores políticos (isto é, antes à busca pelo real através dos fatos políticos do que a um “privilegiamento” do “real” que não pode nem deve ser definido nem pelo político nem por outra dimensão qualquer).

Dois exemplos de que ignorar a história política não é só indesejável mas em certas ocasiões, inviável, estão presentes nas seguintes constatações de Iggers (*apud* Burke (1990, p. 111) e do próprio Burke, (p. 113).

Na Alemanha, por outro lado, a história política permaneceu predominante nos anos 50 e 60. (...) depois das experiências traumáticas dos anos de 1914-18 e 1933-45, torna-se difícil negar a importância da política, quer dos acontecimentos; em consequência, as principais controvérsias históricas concentraram-se em Hitler e no papel desempenhado pela Alemanha nas duas guerras mundiais. Foi somente quando a geração do pós-guerra chegou à maturidade, na década de 70, que o interesse modificou-se em direção à ‘história cotidiana’ (*Alltagsgeschichte*), à história da cultura popular e à história das mentalidades.

Houve muito menos obras dessa espécie (isto é, estudos seguindo o modelo não-político característico dos *Annales*) sobre o século XIX, como já vimos, enquanto em relação à história contemporânea tem se afirmado com bastante convicção que os *Annales* nenhum impacto tiveram. Não é casual: **a importância da política na história do século XX inviabi-**

liza a aplicação do seu paradigma ao período, a menos que seja o modificado (grifos nossos).

Válida ainda em relação à política é a constatação de Burke (1990, p. 24): “Braudel não teve dificuldades em desprezar Filipe II, teria mais problemas em fazer o mesmo com Napoleão, Bismarck ou Stálin”.

A discussão sobre a escrita da história não deve se restringir a uma que-rela entre dimensão do econômico versus político-retórico. Ainda em Burke (p. 110-11) vemos que novos problemas foram colocados por historiadores poloneses influenciados pelos *Annales*. Burke refere-se, por exemplo, a Kula, em seu livro *Teoria Econômica do Sistema Feudal* e chega a conclusões interessantes partindo da própria economia.

Kula faz uma análise econômica dos latifúndios poloneses nos séculos XVII e XVIII. Mostrou que o comportamento econômico dos proprietários de terras polonesas era o oposto do que previa a economia clássica. Quando o preço do centeio, seu produto principal, aumentava, produziam menos, e quando o preço baixava, produziam mais. A explicação desse paradoxo deveria ser encontrada, diz Kula “(...) no reino da cultura ou das mentalidades. Tais aristocratas não estavam interessados em lucros mas em manter o seu estilo de vida, da maneira a que estavam acostumados”. As variações da produção eram tentativas de manter uma renda padrão. Seria interessante imaginar as reações de Karl Marx a essas idéias.

Finalizamos esta parte lembrando o julgamento de Finley (1960, p. 63) acerca das motivações de Tucídides e de como ele estava ciente dos problemas que regem a elaboração do conhecimento histórico:

As suas dificuldades tinham raízes profundas e ainda hoje constituem o problema essencial de todos os seus escritos históricos, representando a marca da água do seu elevado valor o facto de ter se apercebido delas tão cedo, no próprio início da historiografia.

RECORRÊNCIAS: LIMITES AO SEU USO

Retornando à nossa classificação, as **recorrências** são, dentre as permanências, aquilo que modernamente foi aproveitado, as permanências intermitentes constituem aquilo que mais embarçou o conhecimento humano. Homens como HIPARCO de NICÉIA prejudicaram imensamente o avanço do conhecimento humano ao conseguirem defender brilhantemente suas idéias errôneas¹⁰. Hiparco o fez, colocando o Geocentrismo na ordem do dia e eclipsando o Heliocentrismo de ARISTARCO, o qual só viria a ser defendido com uma repercussão cada vez mais progressiva por Galileu no século XVI, e este ainda teve que retratar-se para não ser “inquisitado”! Ou ARTEMIDORO de ÉFESO que “grandemente contribuiu para tornar o estilo biográfico anedótico e superficial”, eclipsando-o de uma investigação histórica mais séria? Esses dois homens, utilizando-se de seu talento, perpetuaram idéias e práticas que não conduziram a “avanços” aproveitáveis pelo conhecimento humano. Lembra-nos a declaração de Hobbes (1988, p. 63):

se acaso fosse contrária ao direito de domínio de alguém, ou aos interesses dos homens que possuem domínio, a doutrina segundo a qual os três ângulos do triângulo são iguais a dois ângulos de um quadrado esta doutrina teria sido, se

não objeto de disputa, pelo menos suprimida, mediante a queima de todos os livros de geometria, na medida em que os interessados de tal fossem capazes. (grifos nossos).

Que fique claro não estarmos fazendo uma defesa da “exatidão do conhecimento e das idéias” ou de “trilhas que o conhecimento científico precisa percorrer”, ou mesmo de “evolução perene do saber humano”. Não, temos bem presentes as críticas de GÓRGIAS já no próprio Século de Ouro da Grécia acerca da dificuldade em conhecer os objetos ou em transmitir o entendimento sobre os mesmos. E podemos contar com a síntese mais recente e bem mais crua de Nietzsche (1991, p. 49) sobre o mesmo tópico:

Foi da crença na **verdade encontrada**, também aqui, que fluíram as mais poderosas fontes de força. Muito posteriormente – só agora – começa a despontar para os homens que eles propagaram um erro descomunal, em sua crença na linguagem. Felizmente é tarde demais para fazer voltar atrás o desenvolvimento da razão, que repousa sobre essa crenças. – Mesmo a **lógica** repousa sobre pressupostos, aos quais nada no mundo efetivo corresponde, por exemplo, sobre o pressuposto da igualdade entre coisas, da identidade da mesma coisa em diferentes pontos do tempo (...). O mesmo se dá com a **matemática**, que com toda certeza não teria surgido se desde o começo se tivesse sabido que na natureza não há nenhuma linha exatamente reta, nenhum círculo efetivo, nenhuma medida de grandeza absoluta.

A idéia que nos norteia é **questionar o questionamento** do conhecimento antigo. Um momento de reflexão nos lembrará do fato de que Galileu foi buscar

uma idéia tida como falsa e superada em seu tempo, já há mais de 1750 anos! O saber humano é acúmulo de experiência acompanhado de constante revisão e não rejeição após exames superficiais. Quando nos referimos a uma busca através de tal lapso de tempo não significa que tenhamos o conhecimento passado diretamente, saltando todas as dificuldades técnicas, sejam elas relativas ao lapso temporal e/ou à carência material. Estamos cientes de que tal transporte de conceitos, continuidades ou descontinuidades só se faz enfrentando dificuldades consideráveis conforme Le Goff (1996, p. 24) nos alerta buscando um método “(...) que não transporte ingenuamente o presente para o passado e que não procure por outras vias um trajeto linear que seria tão ilusório como o sentido contrário. Há rupturas e descontinuidades inultrapassáveis quer num sentido quer noutro”.

A experiência como docente no ensino acadêmico nos colocou diante de alunos excelentes que em nada desmereciam a atitude básica do cientista e mais ainda a do historiador: a curiosidade. Mas também nos deparamos com tristes figuras que ao serem apresentadas a textos clássicos cujo valor ainda não podiam aquilatar, comentaram posteriormente (em nossa ausência, claro) serem os textos antigos “um monte de velharias”! E isso num meio acadêmico de estudantes de História! Se nós, historiadores, tão preocupados em delinear origens, não soubermos avaliar a importância das obras precedentes, quem o fará?

Tal atitude pode ser encontrada em qualquer meio social, não é essa a origem do mal da apatia intelectual. A mesma não decorre necessariamente de uma má instrução ou de um acesso pro-

blemático a uma instrução deficiente ocasionado pelo baixo poder aquisitivo. Não, se trata aqui de vontade no sentido nietzscheano de potência, do modo como cada indivíduo encara os problemas com os quais se defronta cotidianamente. Muitas vezes, a carência de recursos termina exatamente por estimular a atitude inquisitivo-produtiva em indivíduos menos abastados, de humilde origem social. Esperamos, com este esclarecimento, evitar qualquer alusão a uma possível defesa da meritocracia, pelo menos de uma imbricada em desníveis de natureza sócio-econômica.

O fundamental ao aquilatar o valor de uma obra em História passa pela avaliação de suas fontes. Constantemente somos levados a crer que nós, o pósteros, temos apenas vantagens em relação aos que nos precederam. Decerto que, quando bem informados e melhor aplicados, tais vantagens são inegáveis, pois o conhecimento é fruto antes de mais nada, do acúmulo da experiência humana, como dissemos anteriormente. Isso nos leva a um refinamento na análise e nos dá boas chances de superar aqueles que nos precederam. Mas façamos coro à crítica que Finley (1994, p. 3-10) dirige a Veyne quando este superestima a produção historiográfica atual em relação a de Tucídides, por exemplo, em excelente artigo, próprio para demolir idiossincrasias sobre a pretensão de superioridade de qualquer época ou modelo apenas porque é posterior às demais. E acrescentamos que se hoje dispomos de fontes adicionais sobre nosso objeto de estudo longinquamente situado no passado – fator impossível de ser negligenciado ao se historiar a antiguidade –, devemos nos lembrar de que os autores antigos também dispunham de muitas

fontes hoje perdidas para nós através dos séculos, **próximas do objeto em questão**, cuja perda não podemos sequer avaliar, apenas lamentar. Apesar do caráter oficial e patriótico da História de Roma *Ab Urbe Condita* de Tito Lívio, o exemplo serve para uma estimativa: de cerca de 145 livros redigidos, somente 45 chegam ao nosso tempo. Seria de inestimável valor conhecer a parte relativa às Guerras Civis, por exemplo, presente nessa encomenda feita por César.

Finalizamos frisando que tampouco ignoramos realmente existir uma progressão no conhecimento e que é impossível descrever a totalidade desses progressos e acúmulos tamanho é o seu número. Não nos demoramos nessa idéia porque ao leitor moderno a mesma é muito presente enquanto noção de “progresso”. Para que então defendê-la? Nosso desejo tampouco é combatê-la, mas antes dirigir a atenção para o quanto do passado permaneceu e permanece levemente esquecido.

NOTAS

¹ Utilizamos neste artigo Helenos e Gregos, Helênicos, etc., como termos intercambiáveis. Helenos, como os próprios gregos preferem chamar-se, por razões históricas e culturais. Não nos referimos apenas à época *Helenística*, importante em nosso artigo, mas não a única considerada.

² Evitando qualquer anacronismo, preferimos denominar Ciência sem aspas à forma e ao conteúdo do conhecimento sistematizado no século XIX em qualquer campo considerado, após 18-24 séculos da época aqui considerada. Os helenos prepararam o caminho da futura Ciência e estabeleceram algumas de suas bases, apesar de que outras contribuições após os mesmos vieram dar à Ciência a forma que ela apresenta hoje. Eles sistematizaram

grande parte da futura problematização científica dando forma a problemas já antigos em sua época.

³ Note-se que também foi o primeiro a distinguir cuidadosamente pensamento de sensação. Obs: as informações e citações sobre todos os autores gregos em caixa alta, aqui mencionadas, provêm do *Dicionário Biográfico – Quem foi Quem na Grécia Antiga*, de Diana Bowder, salvo quando nota em contrário. Doravante: DB.

⁴ Já era conhecido dos babilônios. PITÁGORAS foi apenas o seu introdutor na Hélade cf. DB. O que o torna um exemplo de permanência ainda maior e não por causa da “exatidão inevitável” da matemática. Conferir adiante no texto as opiniões de Hobbes e Nietzsche sobre isso.

⁵ Utilizamos-nos basicamente do roteiro traçado por Burke ao estudar os *Annales* e a problemática das estruturas. Frisamos porém, que a problemática do *estruturalismo* não se esgota nesse roteiro ou se resume nos problemas abordados. Em Dosse (1998) podemos encontrar outra abordagem, mais cadenciada, em relação ao problema das estruturas. Para efeitos deste artigo, voltamos a repetir, as definições *en-passant* utilizadas por⁶ Burke servem-nos bem.

⁶ Não sabemos se o desprezo de Huberman pelo fato político chega a esse ponto, mas o rei morto em 1649 foi Carlos I, quando Cromwell e o New Model Army saíram vitoriosos à frente do parlamento, na luta contra a Coroa. Talvez seja erro de tradução, ou edição. Mas em todo caso, grave erro uma vez que a queda desse rei liga-se diretamente à queda do Absolutismo na Inglaterra, fissura maior na armadura absolutista em geral.

⁷ É importante frisar que estamos falando de representantes da cultura helênica onde quer que estejam localizados ou qualquer que sejam as suas origens. Há bom número de orientais étnicos, em especial sírios/fenícios, com produções de destaque no ambiente cultural helênico, em especial na literatura. Algo que denominamos “renascimento sírio” no interior da cultura helênica.

⁸ O estudo de Esparta no ensino médio segue exatamente o modelo de Plutarco (1991, Vol. 1 p. 92-131), uma descrição de cunho antropológico, totalmente ignorante dos processos diacrônicos em história. É como se Esparta aparecesse “pronta”, com todos os seus ritos e costumes engrenados qual um relógio. Finley (1975, p. 175-92) nos chama a atenção para os vícios dessa abordagem.

⁹ A grande época da Historiografia sobre a Antiguidade Clássica. Arriscamos dizer, da Historiografia. Segundo Le Goff (1990, p. 18) “O século XIX, século da história”. Não se viram mais obras como as de Mommsen sobre Roma feita entre 1854-1856, ainda não superada em seu conjunto, segundo o próprio Finley (1985, p. 7) ele é “(...) o *meister* da história romana sem rival na sua própria época e atualmente”.

¹⁰ Utilizando-se de medições mais precisas que as de Aristarco, no que se refere ao tamanho e às distâncias da lua e do sol, conseguiu refutar o heliocentrismo. Ou seja, partindo de dados mais precisos chegou à conclusão errada! Que fique claro não estarmos aqui entrando despreocupadamente no puro “juízo de valor”. Estamos falando de estágios, retornos e retrocessos num campo do conhecimento, a saber, a mecânica celeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BOWDER, D. *Quem foi quem na Grécia Antiga*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- BURKE, P. *A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.
- CAMÕES, L.V. *Os Lusíadas*. São Paulo: *Círculo do Livro, 1988.
- FINLEY, M. *Aspectos da antiguidade*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1960.
- FINLEY, M. *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FINLEY, M. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HOBBS, T. *O Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- HOBBS, T. On the life and history of Thucydides In: *The Peloponnesian War*. Chicago: Grene, 1989. [tradução da obra de Tucídides executada por Hobbes e publicada em 1628].

- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.
- LEVI, P. *Atlas of the greek world*. Oxford: Andromeda Oxford, 1984. (Edição em Português: *Grandes Impérios e Civilizações - Grécia*, Madrid: Ed. del Prado, 1996).
- LOREAU, N. *Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. (Coleção TRANS).
- NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (obra de 1878, incluída na seleção de "Obras Incompletas").
- PLUTARCO. *Vidas paralelas*. São Paulo: Paumape, 1991.
- RUSSO, R.M. *Legião Urbana: dois*. Rio de Janeiro: EMI - Odeon, 1986. CD.
- TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Brasília: Ed. UnB, 1986 .